

### 1° TERMO ADITIVO

### DO CONTRATO N.º 26/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO RECEPCIONISTA TELEFONISTA / PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL E ALTERAÇÃO DO VALOR.

BASE LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Municipal n.º 113/2013 de 19/06/2013, Lei Municipal n.º138 de 28/01/2015, Decreto n.º047/2019 e com a Medida Provisória nº 919 de 30 de janeiro de 2020.

DATA: 30 DE ABRIL DE 2021.

CONTRATADO: PATRÍCIA DE CÁSSIA DA SILVA.





### 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 26/2021.

TERMO ADITIVO CELEBRADO ENTREO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PATRÍCIA DE CÁSSIA DA SILVA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente termo aditivo de contrato de trabalho por tempo determinado e na melhor forma de direito, reuniram-se de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINA PASTORA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.544.537/0001-39, neste ato representado por sua titular, Senhora Daiane Santos de Oliveira, brasileira, Secretária Municipal de Saúde, CPF n.º 876.388.275-20 e RG n.º 1.366.631 2ª via SSP/SE, residente e domiciliada à Av. Gov. Antônio Carlos Valadares, 280, SIRIRI/SE, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, PATRÍCIA DE CÁSSIA DA SILVA, brasileiro(a), maior e capaz, residente e domiciliada na Av. Carlos Vieira de Melo, nº 02 - Centro, Município de Divina Pastora, Estado de Sergipe, portadora de RG n.º 1.444.0412ª via SSP/SE e CPF n° 041.647.065-38, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tendo em vista o que consta no contrato n.º 26/2021, em conformidade com a legislação vigente e considerando as cláusulas abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO

O presente contrato reger-se-á pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divina Pastora Lei n°. 12/1994, observando-se todas as normas relativas a esta modalidade de contratação, em conformidade com o Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, em harmonia com a Lei Municipal n.º 113 de 19 de junho de 2013, Lei Municipal n.º138 de 28 de janeiro de 2015, Decreto n.º047/2019 e com a Medida Provisória nº 919 de 30 de janeiro de 2020, objetivando suprir necessidade de excepcional interesse público enquanto estiver em andamento os trâmites necessários para a deflagração do concurso público.





Também integra o objeto do presente aditivo o pagamento de adicional de insalubridade, considerando o avanço da pandemia do coronavírus no Município somente a partir de julho de 2020, gerando o direito subjetivo do(a) contratado(a) ao recebimento do adicional por desempenhar suas atividades com risco de contaminação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DO CONTRATO

O presente Aditivo vigorará pelo prazo de até oito meses, período compreendido entre 01 de maio e 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. O presente contrato poderá ser rescindido de forma unilateral:

- a) se ocorrer o inadimplemento da cláusula sexta do contrato original;
- b) se ocorrer alguma das hipóteses de rescisão previstas na Lei municipal n.º 113 de 19 de junho de 2013 e Lei Municipal n.º 138 de 28 de janeiro de 2015;
- c) se houver a nomeação de candidatos aprovados em concurso público nos termos do Decreto n° 047/2019, sem que caiba qualquer tipo de indenização para (o)a CONTRATADO(A).

#### CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE pagará ao(à) CONTRATADO(A), em remuneração aos serviços contratados a importância de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) por mês, acrescido de 20% (vinte por cento) de insalubridade sobre o salário, equivalente a R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), importando o valor mensal em R\$ 1.860,00 (mil oitocentos e sessenta reais) a título de salário, perfazendo o valor global do contrato em R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais)

#### CLAÚSULA QUARTA - DECLARAÇÃO

O **CONTRATADO (A)** declara estar ciente da alteração nas circunstâncias que caracterizam o excepcional interesse público na celebração do presente contrato quanto aos seus fundamentos, considerando a decisão administrativa de



realizar o **concurso público** para as mesmas funções contratadas, não apresentando qualquer discordância no que tange à possibilidade de rescisão unilateral sem qualquer direito indenizatório caso venham a ser convocados candidatos aprovados no certame que será realizado.

### CLAÚSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos, declarando o(a) contratado(a) que, no período anterior a julho de 2020, não vinha desempenhando suas atividades com risco potencial de contaminação.

Divina Pastora/SE, 30 de abril de 2021.

DAIANE SANTOS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

PATRICIA DE CASSIA DA SILVA

CPF:041.647.065-38 CONTRATADA

Testemunhas:

Maria tellina de Santos Bamban CPF: 049 268.995 40

Verônee de Silva Bono CPF: 005.95652508